



Revista académica de economía
con el Número Internacional Normalizado de
Publicaciones Señadas ISSN 1696-8352

ECONOMÍA DO BRASIL

EFEITOS E CUSTOS DA CRISE FINANCEIRA E ECONÔMICA GLOBAL NO BRASIL

José Matias-Pereira (*)

matias@unb.br

Resumo: Temos como objetivo neste artigo, apoiado nos principais indicadores da economia mundial (WORLD BANK, IMF, OECD, NBER, IEDI, IBGE), promover uma análise preliminar, sobre as perspectivas da intensidade dos efeitos da crise no Brasil, tendo como referência o nível de desaceleração das principais economias mundiais em 2008 e início de 2009. Metodologicamente iremos utilizar duas variáveis econômicas importantes: o crescimento da economia mundial e o comportamento do nível de emprego. Os dados analisados evidenciam que começa a configurar-se o processo de uma forte desaceleração econômica, que deverá prolongar-se nos próximos anos, com efeitos perversos sobre o emprego e a renda das populações mundiais. Concluimos, em relação ao Brasil, diante do agravamento da crise, que o governo federal, com o apoio do parlamento e da sociedade organizada, necessita definir uma nova política econômica para o país, em particular, utilizando com mais intensidade a política fiscal e reduzindo a importância da política monetária, para reverter os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da crise global.

Palavras-chave: Crise financeira e econômica mundial, nível de emprego, parcerias estratégicas flexíveis, política econômica, Brasil.

Effects and costs of global economic and financial crisis in Brazil

Abstract: Our objective in this article, supported in the main indicators of the world economy (WORLD BANK, IMF, OECD, NBER, IEDI, IBGE), promoting a preliminary analysis on the prospects of the intensity of the effects of the crisis in Brazil, with reference to the level of deceleration of the main world economies in 2008 and early 2009. Methodologically we will use two important economic variables: the growth of world economy and the behavior of the level of employment. The analyzed data show that starts to set up the process of a strong economic slowdown, which should extend to the coming years, with effects on employment and income of people worldwide. Conclude, in relation to Brazil, before the worsening of the crisis, the federal government, with the support of parliament and of organized society, need to define a new economic policy for the country, in particular, with more intensity using fiscal policy and reducing the importance of monetary policy, to reverse the social and environmental impacts arising from the global crisis.

Key words: Financial crisis and world economic, level of employment, strategic partnerships flexible, economic policy, Brazil.

Efectos y costos de la crisis financiera y económica mundial en Brasil

Resumen: Nuestro objetivo en este artículo, con el apoyo de los principales indicadores de la economía mundial (Banco Mundial, FMI, OCDE, NBER, IEDI, IBGE), es la promoción de un análisis preliminar sobre las perspectivas de la intensidad de los efectos de la crisis en Brasil, con referencia al nivel de desaceleración de las principales economías del mundo en 2008 y principios de 2009. Metodológicamente se utilizan dos variables económicas importantes: el crecimiento de la economía mundial y el comportamiento del nivel de empleo. Los datos analizados muestran que empieza a configurar el proceso de una fuerte desaceleración económica, que debería extenderse a los próximos años, con efectos sobre el empleo y los ingresos de personas en todo el mundo. Concluíse, en relación a Brasil, antes de que el empeoramiento de la crisis, el gobierno federal, con el apoyo del parlamento y de la sociedad organizada, la necesidad de definir una nueva política económica para el país, en particular, con más intensidad de uso de la política fiscal y la reducción de la importancia de la política monetaria, para revertir los impactos sociales y ambientales derivados de la crisis mundial.

Palabras clave: La crisis financiera y económica mundial, el nivel de empleo, alianzas estratégicas flexibles, la política económica, Brasil

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Matias-Pereira, J.: "Efeitos e custos da crise financeira e econômica global no Brasil" en *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Número 108, 2009. Texto completo en <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>

1. Introdução

A crise financeira e econômica global, que eclodiu com intensidade nos Estados Unidos (EUA) a partir de dezembro de 2007, se apresenta como uma ameaça concreta à quase todas as economias mundiais. Os estudos e indicadores econômicos e sociais divulgados no final de 2008 e no início de 2009 por diferentes instituições multilaterais e órgãos de pesquisa econômica e estatística (WORLD BANK, IMF, OECD, NBER, IEDI, IBGE) revelam que, na sua maioria os países começaram a sentir os seus efeitos, especialmente na deterioração do mercado de trabalho, apesar dos esforços feitos pelos governos para amenizar a desaceleração das suas economias.

Trata-se de um artigo é essencialmente bibliográfico, apoiado na teoria neo-institucionalista (NORTH, 1997). Pressupomos neste estudo que o crescimento da economia e o nível de emprego são importantes variáveis para avaliar impactos na demanda mundial por bens e serviços. Havendo uma demanda menor, somada a uma queda acentuada no nível de emprego, o comércio mundial será afetado.

Assim, temos objetivo principal promover uma análise preliminar, sobre as perspectivas da intensidade dos efeitos da crise no Brasil, tendo como referência o nível de desaceleração das principais economias mundiais em 2008 e início de 2009, com base nos relatórios e indicadores mais relevantes produzidos recentemente pelas instituições acima assinaladas sobre o tema. Busca-se avaliar, também, os riscos dos países emergentes no comércio mundial frente à crise, em particular os fornecedores de produtos agroindustriais. Nesse sentido, nos propomos, por meio do cruzamento dos indicadores de crescimento da economia mundial e do comportamento do nível de emprego, avaliar de forma preliminar, as perspectivas de crescimento e os efeitos da crise na economia brasileira em 2009 e 2010, e se for o caso, sugerir mudanças para reverter os efeitos da crise no país.

2. Responsabilidade dos países desenvolvidos na solução da crise

Observa-se, tanto na crise de 1929 como na crise atual, uma clara ineficiência dos mecanismos reguladores do Estado. É preciso lembrar que as crises são fenômenos inerentes ao sistema capitalista, e são decorrentes de suas reconhecidas imperfeições, o que reforça a necessidade do Estado atuar de maneira consistente como ente regulador.

É inegável que começa a configurar-se o processo de uma forte desaceleração

econômica no mundo nos próximos dois anos, com efeitos perversos sobre o emprego e a renda das populações mundiais. Isso exige um esforço na estruturação de parcerias estratégicas flexíveis (MATIAS-PEREIRA, 2008), com vista a enfrentar os seus efeitos. Nesse sentido, fica claro que caberá aos países mais desenvolvidos, em particular, aos EUA e à União Européia (UE) uma maior responsabilidade na solução da crise, pois foi naqueles países que ocorreram as bolhas especulativas, decorrentes de falhas de regulação financeira. Veja a nota nº. 3.

Em decorrência da desconfiança nos mercados, a crise de liquidez no sistema financeiro internacional está atingindo fortemente a economia real. Apesar das inúmeras ações dos Estados desenvolvidos e emergentes, atuando na preservação do monopólio da emissão e do poder regulador da moeda, existem indícios de que as economias envolvidas diretamente na crise estão caminhando rumo à deflação e, conseqüentemente, da depressão. Assim, além demonstrar que será prolongada, a crise possui tentáculos que alcançam mercados hemisféricos. Para agravar este quadro o mundo assiste a uma queda dramática nos preços das principais commodities: metais, energia, grãos e softs. No Brasil o efeito da forte desvalorização do real em relação ao dólar na segunda metade de 2008 foi compensado, no índice de inflação, pela redução nos preços das commodities que ficaram, em média, cerca de 45% mais baratas desde o valor máximo alcançado em julho do ano passado.

A crise de liquidez na economia, decorrente dos desequilíbrios que foram se acumulando nos últimos anos, restringiu a oferta de crédito não apenas para bancos, mas para empresas que se financiam no exterior. Nesse sentido, além das medidas econômicas já adotadas pelos governos em 2008, outras deverão ser necessariamente implementadas em 2009, para aumentar a liquidez mundial. A decisão do setor público de atuar como substituto do setor privado no financiamento de crédito deve ser vista como uma ação temporária, pois esta não é a sua função no sistema capitalista. Assim, o grande desafio dos governos é recriar em novas bases, as condições adequadas para que os bancos, as empresas e as famílias possam recuperar a sua capacidade de alavancagem financeira.

3. Banco Mundial: Perspectivas econômicas globais 2009

O relatório divulgado pelo Banco Mundial sobre as “perspectivas econômicas globais 2009” (Global Economic Prospects 2009), projetou um aumento do PIB mundial de apenas 0,9% contra a média de 5% ocorridas em 2006 e 2007, além de uma forte redução no volume de comércio internacional, que deverá contrair 2,1%, frente a uma expansão média de 8,7% em 2006 e 2007 (WORLD BANK, 2008).

O relatório do Banco mundial estima que o PIB mundial crescerá 2,5% em 2008, e somente 0,9% em 2009. O índice de crescimento dos países emergentes, segundo o Bird, será de 4,5% em 2009, diante dos 6,3% de 2008, e de 7,9% em 2007. Avalia aquela instituição multilateral que o comércio mundial sofrerá uma contração de 2,1% em 2009 e que os emergentes sofrerão fortes quedas em suas exportações. Prevê, também, que haverá uma desaceleração no investimento nos países ricos, bem como nas nações emergentes em 2009. A redução de investimentos previstos nas nações ricas será de 1,3%. E o aumento de investimento nos países emergentes será de apenas 3,5%, ante 13% registrado em 2007.

Esse grave cenário descrito, segundo o relatório do Banco Mundial (2008), é resultado da desaceleração das economias dos países desenvolvidos (de alto rendimento per capita), sendo que quase todos entrarão em recessão em 2009 – com as situações mais graves na Zona Euro (decrécimo de 0,6%) e nos Estados Unidos (decrécimo de 0,5%) – e dos países emergentes e em desenvolvimento sofrerem um arrefecimento econômico significativo em 2009. Em relação aos BRICs, a previsão é que sofrerão um abrandamento significativo em 2009. Nos casos do Brasil (desacelera o seu crescimento em 46%) e Rússia (50%, a desaceleração mais grave do grupo) e menor nos casos da China (21%) e Índia (8%). Este abrandamento geral vai gerar uma contração em 2009 no volume de comércio global de 2,1%, depois de este ter crescido significativamente em alguns dos anos de ouro da última vaga da globalização - quase 10% em 2006, 7,5% em 2007 e 6,2% esperado para 2008. Este cenário, a confirmar-se, será uma situação que não ocorria desde 1982.

Para o Banco Mundial (2008), as pressões em baixa na procura mundial vão levar a uma tendência para o decréscimo anual médio dos preços das matérias-primas básicas. As matérias-primas básicas na sua quase totalidade deverão ver os

seus preços cair 23,2%, ao longo de 2009, em média anual, e continuarão a cair em 2010, ainda que ligeiramente.

4. FMI: Perspectivas de crescimento da economia mundial em 2009

O relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), revisado em novembro de 2008, sobre as perspectivas de crescimento da economia mundial em 2009 (World Economic Outlook—Update, November 2008), assinalam preocupantes correções para baixo da versão anterior (World Economic Outlook Report, October 2008), revelando com mais clareza os efeitos da crise na economia global. As projeções feitas pelo FMI (2009), sinalizam que pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, o conjunto de todos os países industrializados entrará numa longa recessão em 2009. No seu conjunto as suas economias irão encolher em 0,3% em 2009. Veja a esse respeito a nota nº. 1.

Conforme evidenciado, na revisão dos seus prognósticos para o crescimento global em 2009, o FMI argumenta que houve uma forte deterioração no mês de outubro de 2008, uma vez que prosseguiu a desalavancagem do setor financeiro e diminuiu a confiança do consumidor e do produtor. A previsão do Fundo é de que a economia mundial tenha uma expansão em 2009 de 2,2%, ou 0,8 ponto percentual abaixo da estimativa feita em outubro de 2008 para o período. A expectativa de crescimento em 2008 de 3,7%, ou 0,2 pontos a menos do que o calculado antes.

O mundo, com base no relatório do FMI (2008), poderá crescer 2,2% em 2009. Mas as economias avançadas deverão ter queda de 0,3% em 2009, puxada, sobretudo, por uma recessão de 0,7% nos EUA. Os países desenvolvidos vinham de 1,4% e 2,6% de crescimento em 2008 e 2007, respectivamente. No caso dos emergentes, o FMI projeta crescimento de 5,1% em 2009, valor menor que os 6,6% esperados para 2008 e os 8,1% observados em 2007. Dos países que são importantes importadores de produtos do agronegócio brasileiro, a China cai de 9,7% em 2008 para 8,5% em 2009, a Rússia, de 6,8% para 3,5% e o Oriente Médio, de 6,1% para 5,3%. Para não passar em branco, o Brasil deverá ter crescimento de 5,2% em 2008 e de 3% em 2009.

A economia mundial, segundo o FMI (2008) está em uma grande desaceleração, com os Estados Unidos e a Europa em recessão ou próximos dela. Para aquela instituição a economia mundial está em forte queda diante do mais perigoso choque dos mercados financeiros maduros desde a década de 1930. As políticas econômicas e regulatórias negligentes, segundo o relatório do FMI, provavelmente permitiram que a economia global "excedesse seu limite de velocidade". Além disso, falhas nos mercados e de políticas permitiram que o estresse se aprofundasse. Agora, a economia paga o preço.

O Fundo previu, ainda, que a situação é excepcionalmente incerta e consideravelmente suscetível de provocar revisões em baixa. Nesse sentido, sustenta o relatório do FMI: "As tensões financeiras podem se manter muito elevadas e as pressões exercidas sobre o crédito pela redução do recurso ao endividamento podem ser mais profundas e mais longas que previstas". Pela análise do Fundo, a ação global para apoiar os mercados financeiros e oferecer mais estímulo fiscal e relaxamento monetário pode ajudar na perda de dinamismo econômico.

Diante desse quadro, o desafio político imediato é de estabilizar as condições, cuidando das economias ao longo de um período de atividade lenta e mantendo a inflação sob controle, sustenta aquela instituição multilateral. As autoridades políticas estão diante de uma enorme tarefa de administrar as ameaças imediatas sobre a estabilidade financeira, abrindo caminho à reconstrução de uma base sólida para a intermediação financeira. As políticas macroeconômicas isoladas terão impacto limitado enquanto os mercados financeiros forem submetidos a pressões extremas, razão pela qual defende medidas para sustentar as economias em recessão para interromper o ciclo vicioso das interações negativas entre as condições reais e financeiras.

5. OCDE: Panorama econômico mundial em 2009

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seu relatório que trata do panorama econômico mundial para 2009 (OECD Economic Outlook No. 84), divulgado em novembro de 2008, além de revisar para baixo as perspectivas de crescimento para todos seus países-membros, previu uma queda de 0,3% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2009.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os 30 países mais

industrializados da economia do mercado. A Eurozona (que conta com 16 países) entrou em recessão no terceiro trimestre de 2008, com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) durante dois trimestres consecutivos pela primeira vez desde a criação do bloco em 1999.

Para a OCDE (2009), mesmo com as medidas adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE), as condições de crédito ficaram mais duras na zona euro, apesar de não existir uma contração forte do crédito bancário. Os dados divulgados apontam que o mercado imobiliário continua se contraindo, e que a deterioração dos déficits orçamentários na Eurozona será muito mais importante nos próximos meses.

Registre-se que a deflação para a OCDE não é cenário central, mas ela não a descarta totalmente, a curto prazo, caso a redução da inflação seja mais rápida que o previsto. A inflação da zona euro, que chegou a 4% no verão (hemisfério norte), caiu a 1,6% em dezembro. A OCDE prevê que será de 1,4% em 2009 e de 1,3% em 2010.

A OCDE (2008) mantém a previsão de recessão na zona euro no primeiro semestre de 2009, alertando que existem grandes riscos para as perspectivas de crescimento, mas considera pouco provável que a deflação agrave os problemas. A produção da zona euro registrou uma contração no segundo semestre de 2008 e segue em queda em 2009, com uma dinâmica que permanecerá abaixo da tendência geral até meados de 2010. A OCDE mantém as projeções de novembro, de um crescimento de 0,6% da zona euro em 2009 e de 1,2% em 2010. Estima, também, que o número de desempregados nos países que integram a organização poderá aumentar em 8 milhões nos próximos dois anos, e que o desemprego poderá subir dos atuais 34 milhões para 42 milhões até 2010. A OCDE acompanha o desempenho das economias dos seus 29 países-membros e de seis países não-membros da organização.

Aquela Organização também é responsável pelos relatórios "Indicadores Compostos Avançados da OCDE". Os relatórios Indicadores Compostos Avançados são elaborados para apontar com antecipação os "pontos de reversão" - picos e vales da curva de crescimento -, as fases de expansão e as de desaceleração da economia de um país. Os indicadores do último relatório, baseado em dados de novembro de 2008, revelam que os Estados Unidos, Canadá, Japão, China, Índia, Rússia, França, Alemanha, Itália e Reino Unido, com base nos dados de novembro de 2008, tiveram desempenho pior e foram classificados na lista dos países "em forte desaceleração". Dentre esses, Rússia e China revelaram a mais forte alteração de expectativas, tendo perdido 4,3 pontos e 3,1 pontos, respectivamente, em um único mês. Registre-se que apenas a economia brasileira, entre os países pesquisados, apresentou uma tendência de decréscimo. Nele o Brasil totaliza 101,2 pontos, enquanto os demais 34 países estão abaixo dos 100 pontos. No relatório anterior, o Brasil registrava 102,3 pontos.

6. Deterioração do mercado de trabalho na Zona do Euro, EUA e Japão

Observa-se que no sistema capitalista, em geral, as crises financeiras e econômicas mundiais deixam como herança a geração de novas oportunidades, mas em contrapartida reflete de forma perversa em inúmeros setores econômicos e notadamente nos trabalhadores, que se apresentam como a parcela mais vulnerável às crises. Esses efeitos negativos tendem a agravar ainda mais as grandes desigualdades sociais existentes no mundo.

A taxa de desemprego média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2008) tocou os 6,5 por cento, em novembro de 2008, mais 0,8 pontos percentuais do que no mesmo período de 2007. Nos países europeus, a taxa de desemprego atingiu os 7,9% na França, 7,1% na Alemanha e 5,9% no Reino Unido, no mesmo mês, o que representa aumentos de 0,1, 0,9 e 0,7 pontos percentuais em termos homólogos. Já na Zona Euro, a taxa de desemprego chegou aos 7,8% em Novembro, mais 0,1 pontos percentuais do que no mês anterior, um valor superior em 0,6 pontos percentuais do que no mesmo mês de 2007.

No que diz respeito aos Estados Unidos, a taxa de desemprego de dezembro de 2008 atingiu os 7,2%, isto é, mais 0,4 pontos percentuais do que em outubro de 2008 e 2,3 pontos percentuais acima do registrado em igual período de 2007. No Japão, o desemprego chegou aos 4% em novembro de 2008, mais 0,3 pontos percentuais do que no mês anterior.

Deve-se ressaltar que, em relação aos trabalhadores, as projeções feitas pela OCDE (2008), indicam que haverá de 20 a 25 milhões de desempregados a mais

no mundo em 2010, sendo que desse total entre oito e 10 milhões nos países-membros daquela Organização. Nesse sentido, diante da dimensão e complexidade da crise atual, torna-se essencial a capacidade e a tempestividade de intervenção do Estado, para amenizar os seus efeitos em diversos setores, em particular na preservação do emprego.

A crise financeira e econômica mundial, para o Banco Mundial (2008), vai gerar uma crise de desemprego em 2009. Nesse sentido sustenta que a crise financeira de 2007 virou uma crise econômica em 2008, e que em 2009 será uma crise de desemprego. Essas previsões começam a se concretizarem neste início de 2009, reveladas pelos indicadores que cuidam da pesquisa econômica, em especial do nível de emprego nos Estados Unidos, Japão e nas maiores economias do continente europeu - Alemanha, França, Reino Unido e Itália -, que mostram que aqueles países estão sofrendo uma forte degradação do nível de emprego.

7. Recessão e desemprego nos EUA

A National Bureau of Economic Research (NBER), instituição privada que cuida da avaliação da conjuntura econômica, especialmente nos Estados Unidos (EUA), confirmou oficialmente que aquele país encontra-se em recessão, que começou em dezembro de 2007. Os dados do NBER (2009) revela que a principal causa para determinar o processo recessivo foi uma perda de mais de 1,2 milhão de postos de trabalho entre janeiro e novembro de 2008. Veja a esse respeito a nota nº. 2.

O estudo realizado pela NBER assinala que o último período de expansão econômica norte-americana durou 73 meses, tendo início em novembro de 2001 e fim em dezembro de 2007. A partir daí, a economia dos Estados Unidos deu forte sinal de desaceleração. Nesse sentido destaca o estudo: "O comitê identificou dezembro de 2007 como o mês de enfraquecimento, determinando posteriormente que o declínio seguido na atividade econômica foi profundo o bastante para qualificar uma recessão".

A NBER argumenta que "as recessões começam quando a economia atinge um enfraquecimento da atividade e termina quando consegue retomar o crescimento". Adotou-se tratar recessão como um período de dois trimestres seguidos de retração para determinada economia. De acordo com dados do PIB (Produto Interno Bruto) norte-americano, o terceiro trimestre apontou recuo de 0,5% na atividade do país.

Os dois indicadores principais considerados pelo NBER são: produção doméstica e o nível de empregos da economia. Registre-se que, na última medição do Employment Report, referente a outubro de 2008, verificou-se nos EUA uma alarmante taxa de desemprego de 6,5%, maior nível desde 1994. No início de dezembro de 2008, o indicador do nível de atividade industrial do país em novembro daquele ano caiu mais que era esperado.

Os segmentos mais afetados da economia mundial são os da indústria que dependem de crédito abundante, como é o caso da indústria automotiva. Isso explica porque é naquele setor que está havendo o maior número de demissões no mundo. Esse cenário é preocupante, pois na medida em que o nível de emprego começa a recuar na indústria, os demais setores: serviços, comércio e construção civil também são afetados. Deve-se observar que alguns setores somente irão sentir os efeitos da crise com maior intensidade nos próximos meses.

8. IEDI: Retração na produção industrial e desemprego no Brasil

A divulgação dos dados do desempenho da economia brasileira em dezembro de 2008 mostram que a crise financeira e econômica mundial chegou ao Brasil de forma repentina e bem mais forte do que as previsões feitas pelo governo e pelo mercado. Esses resultados negativos podem ser mensurados na análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2009), que tratam da forte retração econômica em dezembro de 2008. Registre-se que o IEDI é um instituto privado de estudos sobre a indústria e o desenvolvimento nacional, bem como sobre a questão externa. Reúne os empresários representantes de grandes empresas nacionais.

O Sinalizador da Produção Industrial (SPI), que é elaborado em parceria entre a Fundação Getúlio Vargas e a AES Eletropaulo, indica que a produção física industrial no Estado de São Paulo caiu cerca de 13,5% em dezembro com relação a novembro de 2008, na série com ajuste sazonal. Ao se considerar as estimativas do SPI de dezembro juntamente com a série da produção industrial

de São Paulo do IBGE, a qual vai até novembro, o produto da indústria paulista apresentaria retração de 12,6% em dezembro de 2008 com relação ao mesmo mês de 2007. Esses dados representariam uma queda acumulada de mais de 16% nos dois últimos meses de 2008, ao se considerar o recuo de 3,2% da produção industrial em São Paulo no mês de novembro de 2008 (IBGE, 2009).

O IEDI (2009) alerta que o recuo de novembro de 2008 é ainda modesto (-0,6%), visto que o processo deve se agravar em 2009. Para aquele Instituto, o que se ocorre no nível do emprego nada mais é do que um reflexo retardado, por certo período de tempo, do comportamento da produção da indústria. Em geral, há uma defasagem da evolução do emprego com relação à da geração do produto. De acordo com os dados do próprio IBGE, a produção industrial caiu cerca de 8,0% nos meses de outubro e novembro de 2008. Nesse mesmo período, a queda do número de ocupados na indústria foi de 0,7%. Portanto, o que se pode esperar é que, infelizmente, os desdobramentos da retração da indústria sobre o emprego ainda estão por vir. Ou seja, o primeiro trimestre de 2009 não deve ser um bom período para a ocupação na indústria. Mais uma razão para que sejam aplicadas medidas mais eficazes de política econômica, a começar por reduções expressivas das taxas de juros.

Duas outras características devem ser salientadas. Em primeiro lugar, os setores que vinham liderando a contratação de trabalhadores na indústria mantiveram variação positiva em novembro, porém com uma taxa de evolução muito menor. De fato, nos segmentos de Meios de transporte e de Máquinas e equipamentos, o emprego cresceu, respectivamente, 4,1% e 6,3% em novembro de 2008 com relação a igual mês de 2007, contra variações de 10,1% e 11,5%, nessa ordem, em outubro. No entanto, esses segmentos estão sendo fortemente afetados pela escassez de crédito e pela retração da demanda e já apresenta recuos na produção, o que deverá causar um impacto futuro adverso na ocupação. Em segundo lugar, o quadro do emprego industrial no maior centro industrial do país (São Paulo), assim como em Minas, apesar de acusar perda de ritmo, ainda evolui melhor do que no resto do país. Mas, como mostram os dados de novembro de 2008, a produção nesses estados também já acusa os efeitos da crise, o que fortalece a previsão de maior retração futura do emprego (IEDI, 2009).

Desempenho da produção automobilística no Brasil

Os dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), mostrando que a produção de dezembro de 2008, de 102 mil unidades, é a menor desde janeiro de 2000. A queda na produção de veículos foi de 38% em relação a novembro, mês que já havia registrado queda de 29,2% em relação a outubro. Na comparação com dezembro de 2007, a produção de veículos diminuiu mais 53,8%. O desempenho no acumulado do ano de 2008 ainda pode ser considerado bom, 8,2%, embora muito abaixo dos 20,1% acumulados até setembro de 2008. Esse desempenho se deve aos nove primeiros meses do ano, quando o setor registrou um crescimento forte de produção (IEDI, 2009).

Para o IEDI (2009), uma característica diferenciada da crise atual, e que não esteve presente em recessões anteriores é a imediata queda no emprego. A experiência de outras crises indica que as empresas, antes de pensar em demitir, após uma queda na produção industrial, procuram cortar horas extras, ou cortar o terceiro turno. A decisão das empresas, desta vez, diante da intensidade da crise foi demitir sem passar pelos outros estágios. Os dados do mês de outubro de 2008 mostram que os níveis de empregos estavam firmes, e no mês seguinte (novembro de 2008) os indicadores apontavam para uma perda expressiva nos postos de trabalho.

9. IBGE: Efeitos da crise na indústria e no emprego no Brasil

A análise feita pelo IBGE (2009), sobre os primeiros efeitos da crise na indústria regional e no emprego é preocupante, revelando que os seus efeitos já chegaram ao Brasil. Em novembro de 2008, a produção industrial recuou 5,2% frente a outubro, segundo resultado negativo consecutivo, acumulando perda de 7,9% entre setembro e novembro, na série com ajuste sazonal. No confronto com novembro de 2007, foi registrada uma redução de 6,2%, que interrompeu um ciclo de 28 meses de taxas positivas nessa comparação. Com isso, o índice acumulado para o período janeiro-novembro de 2008 ficou em 4,7%, e o acumulado nos últimos 12 meses (4,8%) desacelerou frente ao resultado de outubro (6,0%). Registre que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é uma instituição governamental, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil.

Segundo os dados do IBGE, o recuo de 5,2% observado na passagem de outubro para novembro foi o maior desde maio de 1995 (-11,2%), levando o patamar de

produção industrial brasileira a retornar a um nível próximo ao de maio de 2007. Esse resultado refletiu o comportamento negativo de 21 dos 27 ramos pesquisados e atingiu todas as categorias de uso. O principal impacto negativo veio da indústria de veículos automotores, com queda de 22,6%, seguida por máquinas e equipamentos (-11,9%), edição e impressão (-14,8%), indústrias extrativas (-10,9%) e metalurgia básica (-10,2%). Em novembro, todos esses setores acentuaram o ritmo de queda já registrado em outubro, de, respectivamente, -1,6%, -5,1%, -5,1%, -0,3% e -0,3%.

Ainda na comparação com outubro de 2008, os índices por categorias de uso confirmam a generalização da queda. Os bens de consumo duráveis recuaram 20,4% na comparação com ajuste sazonal, maior redução desde dezembro de 1997 (-21,2%), refletindo a sensibilidade desse segmento às condições do crédito. Bens de capital tiveram queda de 4,0%; e bens intermediários, de 3,9%, quarta redução consecutiva, acumulando, entre julho e novembro, perda de 9,6%. A produção de bens de consumo semi e não-duráveis, por sua vez, registrou a queda mais moderada (-0,7%).

O efeito da desaceleração industrial em novembro de 2008 foi claramente negativo sobre a trajetória do índice de média móvel trimestral (indicador de tendência). Para a indústria geral, acentuou-se o ritmo de queda entre outubro (-0,8%) e novembro (-2,1%), quando foi registrada a maior redução desde janeiro de 1998 (-2,4%), particularmente influenciada pelo recuo da produção de bens de consumo duráveis (-7,9%) e de bens intermediários (-2,5%), uma vez que bens de consumo semi e não-duráveis (-0,3%) e bens de capital (-0,4%) registraram reduções menores.

Na comparação com novembro de 2007, a redução de 6,2% foi a maior desde os -6,4% de dezembro de 2001, evidenciando um aprofundamento do ritmo de queda da atividade e um alargamento do conjunto de segmentos com decréscimo de produção. Dos 27 ramos industriais investigados, 22 exibiram índices negativos, com os principais impactos vindo de veículos automotores (-18,3%), outros produtos químicos (-13,0%), material eletrônico e equipamentos de comunicações (-20,5%), máquinas para escritório e equipamentos de informática (-29,7%) e borracha e plástico (-16,5%). Dentre os cinco ramos com expansão, destacaram-se outros equipamentos de transporte (73,0%) e a indústria farmacêutica (17,0%), sustentados pela maior produção de aviões e medicamentos (IBGE, 2009).

Indicadores sobre a redução do emprego industrial no Brasil

Os indicadores do IBGE sobre emprego no Brasil (2009) revelam que recuo em novembro de 2008 sobre o mês imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal, foi o maior desde outubro de 2003 (-0,7%). Na comparação novembro de 2008 / novembro de 2007, o indicador continuou positivo (0,4%), mas assinalou a menor taxa desde outubro de 2006 (0,3%). O acumulado no ano (2,4%) cresceu, mas em menor ritmo do que nos meses anteriores. O número de horas pagas mostrou a maior queda (-1,7%) desde o início da série (janeiro de 2001) na relação mês/mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal. Também houve queda (-0,4%) em relação a novembro de 2007, interrompendo 29 taxas positivas consecutivas nesse tipo de comparação, mas acumulando, no ano, resultado positivo (2,3%). Já a folha de pagamento real encolheu 2,7% frente a outubro de 2008, na série ajustada, permanecendo positiva em relação a novembro de 2007 (4,1%) e no acumulado no ano (6,3%).

Os dados preliminares, em relação ao quadro de demissões em dezembro de 2008 e janeiro de 2009 sinalizam que o segmento continuará sofrendo perdas significativas de postos de trabalho. Diante desse cenário, pode-se argumentar que o governo terá que repensar a sua forma de comunicar-se com a sociedade, visto que diante da dimensão dos efeitos da crise no país a tentativa de manter um clima de confiança junto à população não será mais factível.

Redução nas vendas e receita nominal do varejo no Brasil

O comércio varejista apresentou, conforme os dados divulgados pelo IBGE (2009), em novembro de 2008, resultados negativos sobre o mês anterior: nessa comparação, as taxas, livres de influência sazonal, ficaram em -0,7% para o volume de vendas e de -0,4% para a receita nominal de vendas, números que reforçam a inversão de tendência do setor iniciada em outubro, quando as variações frente a setembro haviam sido de -0,9% para volume de vendas e de -0,4% para a receita nominal. Em relação a novembro de 2007, as variações de 5,1% para o volume e de 12,0% para a receita, ainda que positivas, refletiram desaceleração no ritmo de crescimento na comparação com iguais meses do ano anterior. Já nos acumulados no ano e nos últimos 12 meses, as taxas pouco

se modificaram, ficando, respectivamente, em 15,9% e 15,6% para a receita nominal de vendas e em 9,8%, em ambos os indicadores, para o volume de vendas.

10. Perfil da pauta de exportações do Brasil

Observa-se que o crescimento das importações de commodities agrícolas possui uma estreita relação com a taxa de expansão da economia global, que pode ser medida pela expansão do produto interno bruto (PIB) mundial. O perfil da pauta de exportações do Brasil está fortemente vinculada aos produtos agroindustriais. Deve-se recordar que o volume das exportações do setor agroindustrial brasileiro representou cerca de 35% das exportações do país em 2007. Destacam-se entre os produtos exportados pelo Brasil a soja em grão, farelo e óleo de soja, açúcar, carnes bovina, de frango e suína.

É sabido em economia que os produtos agrícolas são inelásticos a preço, por natureza, ou seja, a demanda sofre pouco ajuste, para baixo ou para cima, quando os preços sobem e descem. Assim, os exportadores desses produtos são beneficiados quando os preços estão em elevação. Quando ocorre o contrário, ou seja, com os preços em queda, a situação do país torna-se bastante desconfortável.

No cenário da crise financeira e econômica atual o Brasil - que ocupa uma posição de destaque no ranking dos maiores exportadores mundiais - está assistindo uma forte deterioração na demanda e nos preços de seus produtos agroindustriais. Assim, a variável que trata das perspectivas de evolução de demanda internacional são importantes para entender como a crise mundial irá prejudicar as exportações brasileiras, em especial do setor agroindustrial.

Dos setores analisados, soja (grão, farelo e óleo), carne de frango e carne suína são os que apresentaram maior dinamismo, tendo seu comércio crescido a taxas muito semelhantes às do PIB mundial. No período de 2000 a 2008, o PIB mundial teve um crescimento de 113% (em dólares a preços correntes). As demandas dos citados produtos também aumentaram significativamente (entre 67% a 100%). Açúcar, carne bovina, milho e algodão foram os menos dinâmicos, com crescimento acumulado de 26%, 24%, 38% e 44%. As exportações agrícolas totais com um crescimento de 152% aumentaram acima da economia mundial. O forte aumento dos preços das commodities, verificado a partir de 2003, contribuíram para o crescimento do comércio em valor, dado que os volumes também cresceram significativamente.

O desempenho em 2008 mostra que, depois de vários meses de alta ininterrupta, de julho a novembro daquele ano, os preços mundiais dos produtos da soja tiveram quedas entre 37% e 46%. Milho, açúcar e algodão caíram 38%, 15% e 29%, respectivamente, no referido período. Os preços médios de exportação de carnes do Brasil ainda não foram afetados de forma significativa, mas na carne de frango e suína a trajetória de alta já foi interrompida, com reduções, de setembro para outubro de 2008, de 3% e 4%.

Conclusão

Está evidenciado que nenhuma economia no mundo está imune aos efeitos da crise e cada uma enfrentará às turbulências de acordo com suas próprias peculiaridades. Os estudos e indicadores econômicos e sociais aqui analisados, produzidos pelo Banco Mundial, o FMI, a OCDE, o NBER, o IEDI e o IBGE, reforçam o entendimento de que está havendo um aumento da escalada da recessão na economia mundial. A crise que já está afetando severamente os sete países mais ricos (G-7), os países-membros da zona do euro (os 16 países que adotam a moeda única na União Européia), está chegando com intensidades diferentes nas quatro maiores economias emergentes, os denominados BRICs, que inclui Brasil, Rússia, Índia e China.

Os estudos e indicadores examinados sinalizam que - além do custo e da escassez de crédito e da diminuição dos fluxos de investimentos -, as exportações se apresentam como o item mais vulnerável do Brasil em decorrência da crise financeira e econômica mundial. A desaceleração da economia mundial provocará uma redução significativa das exportações brasileiras, que refletirão no saldo da balança comercial do país. A queda no preço das commodities também irão prejudicar o fluxo das exportações brasileiras, tanto em termos de volume como nos preços.

Os governos dos Estados-nação, em particular os das economias mais ricas, não adotaram de forma tempestiva medidas de regulação do mercado financeiro, o que provocou uma crescente valorização fictícia de ativos por meio da geração

descontrolada de derivativos e alguns tipos de fundos de investimentos. Isso provocou uma enorme concentração de renda no mundo. O resultado dessas especulações desenfreadas pode ser traduzido em bolhas especulativas no mercado imobiliário; preços irrealistas de bens, mercadorias e serviços; ausência de medidas para corrigir os excessos de valorização de ativos reais e financeiros, entre outros efeitos. As conseqüências dessas distorções é a ocorrência de deflação na economia.

Assim, frente à dimensão da crise financeira e econômica atual, o mundo está na eminência de assistir pela primeira vez na história da civilização a uma deflação sistêmica em escala global. O risco de ocorrer esse fenômeno indesejável sinaliza a necessidade da adoção de medidas inovadoras e urgentes em nível mundial e dos Estados-nação, nos campos econômico, financeiro, fiscal e contábil para viabilizar a reversão dos efeitos da crise.

Cada Estado-nação, levando-se em conta as suas especificidades, deverá procurar encontrar as suas próprias saídas, num contexto em que devem prevalecer as "parcerias estratégicas flexíveis" (MATIAS-PEREIRA, 2008), tendo como referência que a solução da crise deve beneficiar a todos os países, indistintamente. Observa-se, no caso brasileiro, que o governo federal pretende priorizar a execução do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), bem como preservar os programas sociais, os investimentos e o nível de emprego; assegurar proteção aos segmentos mais vulneráveis; continuar a valorizar o salário mínimo, entre outras ações.

Em relação às mudanças necessárias na condução da política monetária no país, em especial, a redução das taxas de juros, é perceptível que o Banco Central (BCB), nos próximos meses, não terá condições de manter a sua postura conservadora diante dos efeitos da crise financeira e econômica mundial. O Brasil pratica na atualidade uma das maiores taxas de juros do mundo, de 13,75% ao ano. Assim, mesmo que o BCB reduza de forma drástica a taxa de juros para estimular o crédito, os efeitos da medida não serão sentidos no curto prazo. É sabido que o efeito das decisões no campo da política monetária tende a ser retardado, assim, a economia continuará sofrendo os efeitos da política adotada em abril de 2008, quando ocorreu a elevação da taxa de juros.

Podemos concluir, diante desse cenário, que é essencial que o governo brasileiro, com o apoio do parlamento e da sociedade organizada, avance além das ações de curto prazo que vem adotando no enfrentamento da crise, e procure definir uma nova política econômica para o país, utilizando com maior intensidade a política fiscal e reduzindo a importância da política monetária. Nesse esforço é recomendável que o governo promova cortes nos gastos correntes do setor público, priorizando os investimentos em setores estratégicos, diminua tributos, em particular os impostos indiretos, reduza o serviço da dívida, por meio de cortes na taxa de juros, controle a inflação e evite a valorização do real, entre outras medidas. Isso irá permitir que o Brasil enfrente de maneira adequada os complexos problemas socioeconômicos, políticos e ambientais decorrentes da crise financeira e econômica mundial.

Notas

1. IMF. International Monetary Fund. World Economic Outlook Update - Rapidly Weakening Prospects Call for New Policy Stimulus. Prospects for global growth have deteriorated over the past month, as financial sector deleveraging has continued and producer and consumer confidence have fallen. Accordingly, world output is projected to expand by 2.2 percent in 2009, down by some ¾ percentage point of GDP relative to the projections in the October WEO. In advanced economies, output is forecast to contract on a full-year basis in 2009, the first such fall in the post-war period. In emerging economies, growth is projected to slow appreciably but still reach 5 percent in 2009. However, these forecasts are based on current policies. Global action to support financial markets and provide further fiscal stimulus and monetary easing can help limit the decline in world growth. Washington, D.C.: International Monetary Fund, November 6, 2008.

Disponível em:
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/update/03/pdf/1108.pdf>

2. NBER Makes It Official: Recession Started in December 2007. The Business Cycle Dating Committee of the National Bureau of Economic Research met by conference call on Friday, November 28. The committee maintains a chronology of the beginning and ending dates (months and quarters) of U.S. recessions. The committee determined that a peak in economic activity occurred in the U.S. economy in December 2007. The peak marks the end of the expansion that

began in November 2001 and the beginning of a recession. The expansion lasted 73 months; the previous expansion of the 1990s lasted 120 months. Economic insight and analysis from The Wall Street Journal. December 1, 2008.

Disponível em: <http://blogs.wsj.com/economics/2008/12/01/nber-makes-it-official-recession-started-in-december-2007/>

3. Na formulação da “teoria de parcerias estratégicas flexíveis”, que está fortemente apoiada na teoria neo-institucional (NORTH, 1990), Matias-Pereira (2008) alerta que as administrações públicas e os governos necessitam levar em consideração que estão em curso no contexto da mundialização (globalização), mudanças de paradigmas que estão impactando nos campos da economia, finanças, comércio internacional, relações internacionais, políticas de segurança (combate ao terrorismo e ao narcotráfico além fronteiras dos Estados-nação), ciência, tecnologia e inovação, entre outros, viabilizados pela introdução da internet, que gerou uma nova configuração no cenário socioeconômico, político e ambiental mundial. Essas transformações estão refletindo significativamente na administração pública e na gestão pública, nos âmbitos local, regional, nacional e mundial, o que exige cada vez mais o aprofundamento do processo de cooperação entre todos os atores envolvidos no processo para reverter os efeitos da crise financeira e econômica global. A adoção pelos governantes de medidas de protecionismo nessa fase irá apenas contribuir para o prolongamento da crise.

Referências

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores conjunturais. Rio de Janeiro: IBGE, janeiro 2009. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>

IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Conjuntura - A forte retração econômica em dezembro de 2008. São Paulo: IEDI, janeiro 2009. <http://www.iedi.org.br>

IMF. International Monetary Fund. World Economic Outlook Update - Rapidly Weakening Prospects Call for New Policy Stimulus. Washington – DC: IMF, November, 2008. Disponível em: [www.imf.org /](http://www.imf.org/)

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/update/03/index.htm>

NBER. National Bureau of Economic Research. Employment Report, November, 2008. NBER Working Papers. Washington – DC: NBER. January, 2009. Disponível em: www.nber.org

MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2008.

MATIAS-PEREIRA, J. Construção de um modelo de implementação de políticas públicas a partir da teoria das parcerias estratégicas flexíveis. Relatório de Pesquisa. Brasília: Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília, 2008. Mimeo.

North, D. Institutions, institutional change and economic performance. 7th ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. OECD Economic Outlook No. 84. Paris: OECD, November 2008. Disponível em:

http://www.oecd.org/document/18/0,3343,en_2649_33733_20347538_1_1_1_1,00.html

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. Global downturn. Tackling the financial and economic crisis. Paris: OCDE, January 2009. Disponível em:

http://www.oecd.org/document/24/0,3343,en_2649_201185_41707672_1_1_1_1,00.html

WORLD BANK. The International Bank for Reconstruction and Development. Global

Economic Prospects 2009 - Commodities at the Crossroads. Washington DC: The World Bank, november. 2008. Chapters 1-3. Disponível em:

http://siteresources.worldbank.org/INTGEP2009/Resources/10363_WebPDF-w47.pdf

J* Economista, advogado, doutor em ciência política (UCM-Espanha), pós-doutor em administração pela FEA/USP, é professor-pesquisador associado do programa de pós-graduação em administração da Universidade de Brasília. Autor, entre outros, de Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil, 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.